



Apresentação

O estudo das Ciências Econômicas constitui-se um corpo unitário, passível de uma divisão entre as principais áreas do conhecimento, como a macroeconomia, a microeconomia, o desenvolvimento econômico e a economia internacional.

Nesta Unidade de Aprendizagem, você irá estudar os principais teóricos responsáveis pela evolução do pensamento econômico, relacionando aspectos da vida política, social e econômica dos indivíduos, assim como compreender o papel do Estado nesses aspectos.

Bons estudos.

Ao final desta Unidade de Aprendizagem, você deve apresentar os seguintes aprendizados:

- Reconhecer as diferentes áreas de conhecimento no estudo das Ciências Econômicas.
- Identificar os precursores da teoria econômica.
- Relacionar as funções do Estado na economia e na sociedade.



Desafio

O fisiocrata Adam Smith (1723-1790) é, até os dias de hoje, considerado o “pai” da economia, devido à publicação do seu livro *A riqueza das nações*, em 1776. Pertencente ao grupo dos teóricos da Economia Clássica, defendia o “laissez-faire”.

Relacione o significado desse termo com a frase apresentada na imagem.

**“NÃO É DA BENEVOLÊNCIA DO AÇOUGUEIRO, DO CERVEJEIRO
E DO PADEIRO QUE ESPERAMOS O NOSSO JANTAR, MAS DA
CONSIDERAÇÃO QUE ELES TÊM PELOS PRÓPRIOS INTERESSES.
APELAMOS NÃO À HUMANIDADE, MAS AO AMOR-PRÓPRIO,
E NUNCA FALAMOS DE NOSSAS NECESSIDADES, MAS DAS
VANTAGENS QUE ELES PODEM OBTER.”**

- ADAM SMITH



Infográfico

Agentes econômicos são todos os indivíduos, instituições ou conjunto de instituições que, através das suas decisões e ações, tomadas racionalmente, intervêm num circuito econômico. Essas relações podem ser representadas pelo chamado fluxo circular da renda, apresentado no Infográfico. Neste caso, reproduz-se uma economia completa, ou seja, aberta e com governo.

Clique na imagem abaixo e veja como acontece o fluxo circular da renda em uma economia aberta.

Conteúdo interativo disponível na plataforma de ensino!



Conteúdo do livro

Os primeiros indícios de estudos relacionados às Ciências Econômicas foi na antiguidade, em assuntos que compreendiam o dia a dia das famílias, a administração privada, passando pelas finanças públicas. No entanto, a complexidade e interdisciplinaridade das questões econômicas não permitiam a definição de uma área específica.

Ao longo do tempo, permitiu-se a consideração da Economia como Ciência e até os dias de hoje novas contribuições teóricas têm surgido. Entre os temas mais discutidos está o nível adequado de intervenção do Estado. Por isso, é de fundamental importância relacionar quais as funções do Estado tanto na economia, quanto na sociedade como um todo.

Leia o capítulo Princípios Básicos de Economia, do livro Economia.

🔊 Para reforçar os principais pontos deste capítulo, clique no resumo em áudio a seguir:

ECONOMIA



Daniele Fernandes
da Silva

Princípios básicos da economia

Objetivos de aprendizagem

Ao final deste texto, você deve apresentar os seguintes aprendizados:

- Reconhecer as diferentes áreas de conhecimento no estudo das Ciências Econômicas.
- Identificar os precursores da Teoria Econômica.
- Relacionar as funções do Estado na economia e sociedade.

Introdução

O estudo das ciências econômicas constitui-se um corpo unitário, mas passível de uma divisão entre as **principais áreas do conhecimento, como a macroeconomia, a microeconomia, o desenvolvimento econômico e a economia internacional**. Neste texto, você irá estudar os principais teóricos responsáveis pela evolução do pensamento econômico, relacionando aspectos da vida política, social e econômica dos indivíduos, assim como compreender o papel do Estado nesses aspectos.

Corpo de estudo das Ciências Econômicas

As Ciências Econômicas estão presentes no cotidiano dos indivíduos sem que eles a notem. Desde a decisão sobre o que comprar com o orçamento familiar até as notícias a respeito da política estão relacionadas à economia. Portanto, acaba-se por tomar decisões econômicas sem que se tenha um estudo aprofundado nessa área. Isso não significa, contudo, que essas decisões e opiniões a respeito da política sejam adequadas, uma vez que é necessário aprofundar o conhecimento técnico dessa área, conhecida por sua complexidade. O estudo das Ciências Econômicas constitui-se de um corpo unitário de conhecimento da realidade, passível de uma divisão,

principalmente por razões didáticas, entre quatro principais áreas: a **microeconomia**, a **macroeconomia**, o **desenvolvimento econômico** e a **economia internacional**, veja a seguir:

- **Microeconomia:** é o ramo da ciência econômica voltado ao estudo do comportamento das unidades de consumo (indivíduos e famílias), assim como das empresas em relação à produção e à formação de preços dos diversos bens, serviços e fatores produtivos, tomando-se como base a demanda e a oferta de mercado. Os preços representam os sinais para o uso eficiente dos recursos que são escassos na sociedade.
- **Macroeconomia:** estuda o comportamento do sistema econômico por um reduzido número de fatores, como a produção ou produto total de uma economia (Produto Interno Bruto [PIB] e Produto Nacional Bruto [PNB]), o nível de emprego e poupança, o investimento, o consumo e o nível geral dos preços. Os principais objetivos da macroeconomia estão relacionados ao crescimento do produto e do consumo, no elevado nível de oferta de empregos, na inflação reduzida e controlada e no comércio internacional vantajoso. Também estuda as condições de equilíbrio entre a renda e a despesa nacionais, objetivadas pelas políticas econômicas de intervenção.
- **Desenvolvimento econômico:** é a subárea responsável pelo estudo do processo de acumulação dos recursos escassos e da geração de tecnologia capazes de aumentar a produção de bens e serviços para a sociedade. O maior objetivo é que a riqueza gerada em uma nação seja distribuída entre os membros da sociedade, promovendo igualmente níveis satisfatórios de bem-estar.
- **Economia internacional:** trata das condições de equilíbrio do comércio externo, ou seja, entre as importações e as exportações, além dos fluxos de capital.

Existem, ainda, algumas terminologias próprias da área econômica de fundamental importância para o seu conhecimento, uma vez que tratam de assuntos que envolvem o dia a dia dos indivíduos em qualquer sociedade, assim como a sua interação. Entre esses termos podem ser citados os seguintes:

- **Agentes econômicos:** são os próprios indivíduos, as instituições ou conjunto de instituições que, através das suas decisões e ações, estabelecem relações econômicas entre si e intervêm em um circuito econômico. Cada agente econômico intervém nesse circuito de forma

diferente, seja através da produção de bens ou serviços, pelo consumo ou pelo investimento. São considerados agentes econômicos:

- **Estado:** responsável pela tomada de decisões de consumo e de investimento, mas relacionados à política econômica, representando as necessidades comuns dos indivíduos de uma sociedade.
- **Famílias:** tomam decisões sobre o consumo de bens e/ou serviços e de poupança, que estão condicionados aos rendimentos auferidos, assim como sobre a demanda por trabalho.
- **Empresas:** também tomam decisões sobre investimento e de produção, bem como da oferta de trabalho.
- **Instituições financeiras:** tomam decisões a respeito de seus serviços de intermediação financeira, tendo como contrapartida os juros e os prêmios (no caso dos seguros).
- **Exterior:** suas decisões são acerca da troca de bens, serviços e capitais.

Tipos de economias

Em uma **economia fechada**, sem a realização de trocas comerciais com o exterior, as relações econômicas se dão entre as instituições financeiras, o Estado, as famílias e as empresas. Caso seja uma economia fechada, sem a intervenção do governo, o circuito econômico é formado apenas pelas instituições financeiras, as empresas e as famílias. Em uma **economia aberta**, com governo, agora havendo transações comerciais com o exterior, o circuito econômico é maior, incluindo também o exterior. Na Figura 1, você pode observar a representação do chamado Fluxo Circular da Renda em uma economia fechada e sem governo.

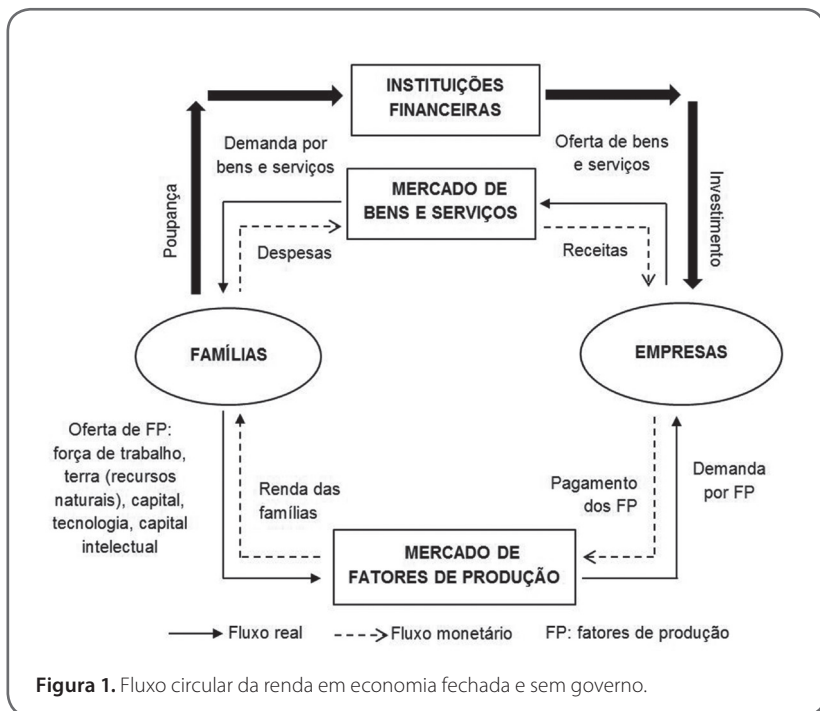


Figura 1. Fluxo circular da renda em economia fechada e sem governo.

Conforme demonstra a Figura 1, as famílias oferecem os seus fatores de produção no mercado de fatores de produção, e eles são demandados pelas empresas para a produção de bens e serviços. Com o valor da venda desses bens e serviços pelas empresas, as famílias são remuneradas pela utilização de sua mão de obra física ou intelectual, seus imóveis ou terras, tecnologia, etc. Estas, por sua vez, decidem a parte de suas rendas que será gasta na aquisição de bens e serviços produzidos pelas empresas e a parte que será poupada junto às instituições financeiras. Com o dinheiro da poupança das famílias, as instituições financeiras dispõem de recursos para emprestar para as empresas. A troca física de fatores de produção e de bens e serviços é chamada de fluxo real, enquanto a troca monetária (gasto das famílias e remuneração dos fatores de produção pelas empresas) se constitui em fluxo monetário.

Quando se inclui o governo nesse fluxo, ele realiza seus gastos em serviços públicos para os demais agentes econômicos, utilizando os recursos dos tributos (taxas e impostos) pagos pelos mesmos. Abrindo essa economia para o comércio exterior, ou seja, quando se trata de uma economia aberta, o exterior (ou resto do mundo) exporta os seus produtos para o país em questão, recebendo divisas por essa transação, mas também importa bens e serviços, tendo que

pagar por essa aquisição. O saldo entre as exportações e as importações se chama saldo comercial, que pode ser positivo ou negativo.

Precursos da Teoria Econômica

Há aproximadamente 400 anos a.C. foi possível identificar algumas referências à economia entre os primeiros filósofos da Grécia antiga. **Aristóteles** (384 a.C.), foi um dos precursores da antiguidade, por meio de seus estudos sobre a administração privada e finanças públicas. Também **Xenofonte** (440-335 a.C.), que cunhou o termo economia (*oiko* = casa; *nomos* = lei), no sentido de gestão dos bens privados, em que um casal deveria dividir as atribuições e responsabilidades perante a sua família. Neste caso, o homem tinha o dever sobre a propriedade, gerando patrimônio e bens, ao passo que a mulher teria o dever sobre o governo do lar, administrando a riqueza trazida pelo homem. Já Platão (427-347 a.C.) afirmava que “[...] disfarçavelmente violento e ganancioso, o homem é levado pelo desejo de ter sempre mais (poder, glória, conforto, prazeres e vantagens, por exemplo) [...]” (PLATÃO apud FÉLIX, 2014).

Contudo, na antiguidade os estudos não apresentavam um padrão homogêneo ou sistemático das relações econômicas, não havendo contribuições consistentes para o surgimento da Teoria Econômica. Assim, a atividade econômica do homem era tratada e estudada como parte integrante da filosofia social, moral e ética, devendo-se orientar pelos princípios gerais da ética, justiça e igualdade.

Foi apenas entre os séculos XV e XVIII, na era mercantilista, que a economia começou a dar os seus primeiros passos em termos de reconhecimento de campo científico. Nessa época, as preocupações se davam sobre a acumulação de riquezas em uma nação e o fortalecimento do Estado, ou seja, fomentar o comércio exterior seria o caminho para entesourar riquezas, mas restringindo as importações por meio de políticas protecionistas.



Saiba mais

O acúmulo de metais (ouro e prata) adquiriu grande importância no período mercantilista, pois considerava-se que o governo de um país seria mais forte e poderoso quanto maior fosse seu estoque desses metais. Surgem, portanto, relatos mais elaborados sobre a moeda, utilizada como dinheiro, instrumento de troca e medida de valores.

Nessa época, era grande a importância do Estado nos assuntos econômicos, defendendo o maior intervencionismo, mediante a implementação de novas indústrias, o controle do consumo interno de determinados produtos, proporcionando melhoria da infraestrutura e promovendo a colonização de novos territórios (monopólio) como forma de garantir o acesso a matérias-primas, bem como o escoamento de produtos manufaturados.

Era Clássica

No século XVIII, como reação ao mercantilismo, surgiu a primeira escola econômica. Foram os chamados fisiocratas que, na França, desenvolveram seus trabalhos originando a Teoria Econômica. O termo fisiocracia, significa “governo da natureza”, ou seja, se considera a terra como a única fonte de riqueza. Deste modo, contradizendo os mercantilistas, os fisiocratas defendiam que a riqueza das nações era gerada pelo valor das terras agrícolas ou pelos produtos dessas terras, isto é, a importância destes era tamanha que deveriam ter os seus preços elevados. No mesmo sentido, o trabalho produtivo, relacionado à lavoura, à pesca e à mineração, era a fonte de riqueza.

O principal marco da fisiocracia foi o fato da intervenção estatal ser desnecessária, contradizendo, mais uma vez, a crença dos mercantilistas. Essa dispensabilidade do estado devia-se a consideração da supremacia da lei da natureza, e tudo o que fosse contra esta seria derrotado. Portanto, acreditava-se em uma ordem natural que fazia com que o universo fosse regido por leis naturais, absolutas, imutáveis e universais, desejadas pela providência divina para a felicidade dos homens. Para os fisiocratas, toda a vida permanece dependente da produtividade do solo bruto e a capacidade do meio ambiente natural se renovar.

Os pensadores dessa época representam a **Teoria Econômica Clássica**. O principal deles, o professor **Adam Smith**, foi considerado o “pai” da economia, sendo reconhecido como tal após a publicação de seu livro *A Riqueza das Nações* em 1776, no qual defendia o liberalismo, ou seja, a livre concorrência e a desnecessidade do governo nas questões econômicas, o que ficou conhecido por *laissez-faire*, ou “deixar-fazer”, em francês.

Outro importante pensador clássico a ser citado é **David Ricardo**, que, por meio de suas teorias de determinação do valor de renda da terra e das vantagens comparativas relacionadas ao comércio internacional, explica o porquê de as nações negociarem entre si.

Era Neoclássica

Após a era Clássica, o pensamento econômico evoluiu para as teorias Neoclássicas, iniciadas em meados da década 1870 e estendendo-se até as primeiras décadas do século XX. Esses estudos privilegiavam aspectos microeconômicos, pois defendiam o Estado mínimo, devido à crença de autorregulação dos mercados, deixando de lado questões macroeconômicas ou políticas. Deste modo, as contribuições da era neoclássica se deram pelos estudos de redução de custos, da utilidade marginal (capacidade de satisfazer as necessidades humanas), a lei da oferta e da demanda, a formação de preços, entre outros.



Fique atento

As teorias Neoclássicas são utilizadas até os dias atuais e serviram como base e inspiração para a criação de outras posteriormente, no campo da microeconomia, como a análise do comportamento do consumidor (desejo de maximizar da utilidade/satisfação do consumo) e do comportamento do empresário (desejo de maximizar o lucro).

A evolução da teoria microeconômica passou a considerar também restrições de fatores de produção e orçamentárias nas decisões de consumo e produção, desenvolveu conceitos de receitas e custos marginais (Teoria Marginalista), bem como a Teoria Quantitativa da Moeda, que relaciona a quantidade de dinheiro aos níveis de atividade econômica e de preços.

Dentre os teóricos neoclássicos, destaca-se **Léon Walras**, com sua Teoria Geral do Equilíbrio (dos preços), **Willian Jevons**, com a Teoria da Utilidade Marginal e **Alfred Marshall**, com a publicação do livro *Princípios de economia*, em 1890. Este último, utilizava métodos matemáticos para investigação e explicação dos fenômenos econômicos, introduziu o fator **tempo** para a análise do valor e incluiu as necessidades humanas diversas para o valor de uma mercadoria (utilidade marginal).

Era Keynesiana

Na década de 1920, a Teoria Econômica apresentou uma nova fase, a Era Keynesiana. A teoria Keynesiana surgiu a partir da publicação do livro *Teoria geral do emprego, dos juros e da moeda*, de John Maynard Keynes, em 1936. O motivo

dessa mudança na evolução do pensamento econômico foi a **Grande Depressão** (1930), que devastava a economia mundial. A causa dessa turbulência foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, provocando alto nível de desemprego nos Estados Unidos e na Europa. Criticou-se, então, a realidade econômica dos principais países, pois a Teoria Econômica, até então vigente, defendia o autoequilíbrio, enquanto essa crise estava levando um tempo significativo para se finalizar. Foi, portanto, a publicação de Keynes que revelou algumas combinações de políticas econômicas que seriam a solução para tirar o mundo daquele contexto econômico.

Para Keynes, um dos fatores responsáveis pelo volume de emprego é o nível de produção nacional de uma economia, determinado pela demanda agregada ou efetiva de bens e serviços. Assim, torna-se necessária a intervenção do Estado por meio de políticas expansionistas (aumento de gastos públicos, redução de tributos e da taxa de juros da economia), ou seja, não existem forças autorregulatórias. A recuperação das economias se deu após a implementação dessas políticas, resultando no fim da crença no *laissez-faire*, de Adam Smith.

Após esse período novas abordagens e teorias econômicas foram criadas, inspiradas nas diversas citadas ao longo desse tópico. Entre as principais questões tratadas nesses estudos e que são levantadas até os dias atuais está o nível de intervenção do Estado nas economias, sem que alguma conclusão concreta se tenha chegado.

Funções do Estado

As ações do Estado na economia e na sociedade têm como principal objetivo a promoção do bem-estar da população. Nesse sentido, torna-se importante o papel do direito no estabelecimento de normas que regulam as relações entre os indivíduos e grupos, bem como entre governos, indivíduos e organizações internacionais.

A evolução e o surgimento da sociedade civil exigiram a promoção e a ampliação dos direitos naturais do homem à vida, à liberdade e à propriedade. No Brasil, as normas constitucionais foram criadas, com base nesses princípios, visando promover o bem-estar geral da sociedade. Essas normas encontram-se na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Você pode notar a forte presença do direito nos assuntos econômicos, podendo ainda observar tal relação ao analisar os princípios gerais da atividade econômica, da política urbana, agrícola e fundiária, o Sistema Financeiro Nacional e as políticas monetárias de crédito, cambial e de comércio exterior.

Além da intervenção do governo na promoção do bem-estar da sociedade, existem preocupações em outras esferas que têm tomado cada vez mais espaço

no meio político e jurídico, que são a criação de normas jurídicas de proteção a natureza, em relação à fauna, à flora e aos mananciais, assim como ao meio ambiente de modo geral. O Protocolo de Quioto e a regulamentação do mercado de carbono são exemplos dessas questões. Outras normas, com relação à ação negativa do homem em quanto ao meio ambiente podem ser lembradas, como as punições fiscais a empresas que não realizam de forma adequada e sustentável o descarte de material tóxico na natureza.



Fique atento

De modo geral, o intuito das normas jurídicas é regular as atividades econômicas, no sentido de tornar os mercados mais eficientes (**função alocativa**), e buscar melhor qualidade de vida para a população como um todo (**função distributiva**). Assim, temos as funções básicas do governo na economia e na sociedade, que são: a função alocativa, a função distributiva e a função estabilizadora.

Função alocativa

A **função alocativa** está relacionada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado. Esses bens são chamados de bens públicos, que têm como principal característica a não exclusão de alguns indivíduos de seu consumo, ou seja, qualquer indivíduo tem o direito de usufruir deles, mesmo que não tenha realizado contribuição financeira para sua criação. Ninguém pode ter qualquer vantagem sobre o outro na utilização desse bem, que é de direito de todos.

O princípio da exclusão está relacionado, por exemplo, a um indivíduo A que adquire um bem com o seu dinheiro e tem o direito de consumi-lo quando e onde quiser, ao passo que um indivíduo B, que não pagou pelo mesmo bem, não tem o mesmo direito de consumi-lo, ou seja, é excluído desse consumo. Nesse caso, o consumo de um bem é considerado rival (ou de consumo excludente), pois o consumo realizado por um agente exclui automaticamente o consumo por outros indivíduos (o consumo de um shop, por exemplo). Já o consumo de um bem não rival (ou que não satisfaz o princípio da exclusão) acontece quando o consumo de um bem por um indivíduo não diminui a quantidade a ser consumida pelos demais. Um poste de luz em uma via pública é um exemplo de bem de consumo não rival.

Função distributiva

A função distributiva está relacionada ao governo atuando como um agente redistribuidor de renda, veja alguns exemplos dessa ação:

- Aplicação de uma política fiscal de tributos, utilizando a regra do imposto de renda progressivo, em que a alíquota cresce na medida em que o salário aumenta (até chegar a um teto). Isto representa a retirada de recursos dos segmentos mais ricos da sociedade (pessoas, setores, regiões), transferindo-os para os segmentos menos favorecidos, por meio de políticas sociais.
- No caso brasileiro, o estabelecimento de determinados impostos em níveis inferiores em estados com menor desenvolvimento econômico, atraindo investidores para essas regiões e criando empregos e renda. Ainda pode ocorrer por meio da combinação de impostos sobre produtos adquiridos por pessoas mais ricas, com subsídios para produtos adquiridos por consumidores de baixa renda.
- Na redistribuição setorial ou regional por meio de uma política de gastos públicos e subsídios para os segmentos menos favorecidos.

Função estabilizadora

A função estabilizadora compreende a intervenção do Estado na economia, por meio de medidas fiscais e monetárias que influenciem o comportamento dos preços e emprego, pois são variáveis importantes para o crescimento econômico e que não adquirem estabilidade de forma automática.

Por exemplo, em uma economia com a inflação mais elevada do que os níveis desejados pelo governo, este pode intervir aumentando a taxa de juros básica da economia, sinalizando para as instituições financeiras que sigam esse comportamento, de modo a encarecer os empréstimos para as famílias e empresas com o intuito de reduzir o consumo e os investimentos, assim como a sua pressão sobre o nível geral de preços. O objetivo, neste caso, é um nível inflacionário mais baixo.

Crescimento da participação do setor público na economia

A partir do início do século XX, após a Grande Depressão de 1929, os governos, de modo geral, passam a regular com maior intensidade a atividade

econômica de seus países. Passou a ser colocado em dúvida o papel da “mão invisível” de Adam Smith, na condução dos mercados ao seu ponto de equilíbrio, resolvendo os problemas fundamentais da economia: O que e quanto? Como? E para quem produzir?

O governo deixou de desempenhar as suas funções tradicionais, como a justiça e a segurança, para realizar a oferta de bens públicos, como a eletricidade, o saneamento, as rodovias, as ferrovias, os portos, entre outros, proporcionando, desse modo, melhores condições de infraestrutura para a atuação e o desenvolvimento das indústrias no mercado.

Passou-se a observar uma crescente participação do Estado na produção nacional e o aumento de leis que buscavam a regulamentação da atividade econômica.

Além do acontecimento da Grande Depressão, que levou a chamada **revolução keynesiana**, Vasconcellos e Garcia (2014) citam outros motivos que levaram a crescente intervenção do estado na economia:

- As falhas de mercado (caracterizadas pelo poder de monopólios e oligopólios, as assimetrias de informações e as externalidades).
- O desemprego.
- O crescimento da renda *per capita* (que leva ao aumento da demanda por bens e serviços públicos, como o lazer, a educação superior, os serviços médicos, entre outros).
- As mudanças tecnológicas (invenção do motor de combustão que aumentou a demanda por rodovias e infraestrutura, o que repercutiu também sobre o crescimento de outros setores da economia).
- As mudanças populacionais (o aumento populacional leva a aumentos dos gastos do governo em educação, saúde e outros).
- Os efeitos da guerra (aumentando a participação do Estado na economia).
- Os fatores políticos e sociais (em que novos grupos sociais passam a ter maior presença política, demandando novos empreendimentos públicos).
- Mudanças da Previdência Social (com o passar do tempo essa instituição passou a ser um instrumento de distribuição de renda, elevando a participação do Estado no mecanismo previdenciário).

Além desses elementos, os autores citam que o desenvolvimento dos mercados financeiros e do comércio internacional, tornaram mais complexas as relações econômicas, adicionando elementos de incerteza e especulação (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014). Isso exigiu o alargamento das funções públicas do Estado, no sentido de promover a estabilidade econômica, o crescimento do produto e do bem-estar da população.



Exercícios

1. No início do Pensamento Econômico, esta matéria fez parte da Filosofia, Moral e Ética. Mas, com o passar do tempo, foi se adaptando às necessidades e às novas realidades de cada país, formando cada vez mais o seu próprio corpo teórico. Foi na época dos descobrimentos, século XVI, o motor para as primeiras considerações propriamente econômicas. Com relação aos teóricos do Pensamento Econômico, marque a alternativa correta:
 - a) A maior preocupação da Era Mercantilista era como fortalecer um país e acumular riquezas.
 - b) Na era Clássica, o Estado deveria regular o mercado até este encontrar o seu nível de equilíbrio.
 - c) Para os fisiocratas, é o acúmulo de materiais preciosos que gera a riqueza de uma nação.
 - d) Através da especialização do trabalho, os funcionários perdem as suas capacidades de dinamismo e criatividade, prejudicando a produtividade e geração de lucro dos capitalistas.
 - e) Uma das principais características do Mercantilismo foi a participação minimalista do Estado nas economias.
2. Agentes econômicos são todos os indivíduos, instituições ou conjunto de instituições que, através das suas decisões e ações, tomadas racionalmente, intervêm num circuito econômico. Com relação a quem são esses agentes econômicos e a relação entre os mesmos, marque a opção certa:
 - a) O Estado toma decisões de consumo, de investimento e de política econômica.
 - b) As instituições financeiras tomam decisões sobre o consumo de bens e serviços e de poupança mediante os rendimentos auferidos, assim como sobre a demanda por trabalho.
 - c) As famílias tomam decisões sobre investimento, sobre produção e a oferta de trabalho.
 - d) As empresas tomam decisões a respeito de seus serviços de intermediação financeira, tendo como contrapartida os juros e os prêmios (no caso dos seguros).
 - e) O Estado toma as suas decisões acerca da troca de bens, serviços e capitais.
3. Na década de 1920, a teoria econômica apresentou uma nova fase, a "era Keynesiana". A respeito desse período, marque a opção certa:
 - a) A teoria Keynesiana surgiu a partir da publicação do livro "A Riqueza das Nações", de Adam Smith, em 1936.
 - b) O motivo da mudança de fase do pensamento econômico foi a Grande Depressão (1930), que devastava a economia mundial, que demorava para retornar ao equilíbrio.
 - c) Para Keynes, um dos fatores responsáveis pelo volume de emprego é o excesso de oferta em uma economia, provocando sobreacumulação produtiva de bens e serviços

- e, consequentemente, crise.
- d)** Para Keynes, torna-se necessária a intervenção do Estado, através de políticas contracionistas (redução de gastos públicos, aumento de tributos e da taxa de juros da economia), ou seja, não existem forças autorregulatórias.
 - e)** A recuperação das economias se deu após a eliminação da atuação do Estado na economia, corroborando o sucesso na crença do “laissez-faire” de seu antecessor, Adam Smith.
- 4.** Com relação às funções econômicas do Estado, escolha a opção certa:
- a)** A função estabilizadora está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado.
 - b)** A função alocativa é quando o governo funciona como um agente redistribuidor de renda, na medida em que, por meio da tributação, retira recursos dos segmentos mais ricos da sociedade (pessoas, setores, regiões) e os transfere para os segmentos menos favorecidos.
 - c)** A função estabilizadora está relacionada à intervenção do Estado na economia, de modo a alterar o comportamento dos preços e dos empregos.
 - d)** A função alocativa está relacionada à intervenção do Estado na economia, de modo a alterar o comportamento dos preços e dos empregos.
 - e)** A função distributiva está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado.
- 5.** Para que o Estado possa cumprir suas funções com a sociedade, precisa arrecadar recursos e a principal fonte de arrecadação é através dos tributos. Com relação aos impostos que são recolhidos na economia brasileira, é correto afirmar que:
- a)** O IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física), o IPVA (Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores) e o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) são exemplos de impostos indiretos.
 - b)** Os impostos diretos incidem sobre as transações com mercadorias e serviços.
 - c)** Nos impostos indiretos, as empresas sempre arcam com o seu ônus.
 - d)** O ICMS – Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, o IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados e o ISS – Imposto Sobre a Prestação de Serviços são exemplos de impostos diretos.
 - e)** Os impostos diretos incidem sobre a renda e sobre o patrimônio.



Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 18 maio 2017.

FÉLIX, L. Platão: o mito do anel de Gíges. *Carta Forense*, São Paulo, 02 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/platao---o-mito-do-anel-de-giges/13766>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. *Fundamentos de economia*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Encerra aqui o trecho do livro disponibilizado para esta Unidade de Aprendizagem. Na Biblioteca Virtual da Instituição, você encontra a obra na íntegra.

Conteúdo:

S a

G a H

SOLUÇÕES
EDUCACIONAIS
INTEGRADAS



Dica do professor

Crescimento e desenvolvimento econômico não possuem o mesmo significado. O crescimento econômico trata da mensuração quantitativa da atividade econômica ao longo do tempo (pode ser mensurada pelo crescimento do PIB). Pode-se ter crescimento sem desenvolvimento econômico. O crescimento com desenvolvimento econômico é uma avaliação qualitativa da evolução de uma economia. Trata da avaliação de se o crescimento econômico/geração de renda está sendo distribuído de forma adequada à sociedade, promovendo o seu bem-estar, e não apenas o aumento de renda (pode ser avaliado através do IDH, por exemplo).



Aponte a câmera para o código e acesse o link do conteúdo ou clique no código para acessar.



Exercícios

- 1) No início do Pensamento Econômico, esta matéria fez parte da Filosofia, Moral e Ética. Mas, com o passar do tempo, foi se adaptando às necessidades e às novas realidades de cada país, formando cada vez mais o seu próprio corpo teórico. Foi na época dos descobrimentos, século XVI, o motor para as primeiras considerações propriamente econômicas. Com relação aos teóricos do Pensamento Econômico, marque a alternativa correta:
- A) A maior preocupação da Era Mercantilista era como fortalecer um país e acumular riquezas.
 - B) Na era Clássica, o Estado deveria regular o mercado até este encontrar o seu nível de equilíbrio.
 - C) Para os fisiocratas, é o acúmulo de materiais preciosos que gera a riqueza de uma nação.
 - D) Através da especialização do trabalho, os funcionários perdem as suas capacidades de dinamismo e criatividade, prejudicando a produtividade e geração de lucro dos capitalistas.
 - E) Uma das principais características do Mercantilismo foi a participação minimalista do Estado nas economias.
- 2) Agentes econômicos são todos os indivíduos, instituições ou conjunto de instituições que, através das suas decisões e ações, tomadas racionalmente, intervêm num circuito econômico. Com relação a quem são esses agentes econômicos e a relação entre os mesmos, marque a opção certa:
- A) O Estado toma decisões de consumo, de investimento e de política econômica.
 - B) As instituições financeiras tomam decisões sobre o consumo de bens e serviços e de poupança mediante os rendimentos auferidos, assim como sobre a demanda por trabalho.
 - C) As famílias tomam decisões sobre investimento, sobre produção e a oferta de trabalho.
 - D) As empresas tomam decisões a respeito de seus serviços de intermediação financeira, tendo como contrapartida os juros e os prêmios (no caso dos seguros).
 - E) O Estado toma as suas decisões acerca da troca de bens, serviços e capitais.
- 3)

Na década de 1920, a teoria econômica apresentou uma nova fase, a “era Keynesiana”. A respeito desse período, marque a opção certa:

- A)** A teoria Keynesiana surgiu a partir da publicação do livro "A Riqueza das Nações", de Adam Smith, em 1936.
- B)** O motivo da mudança de fase do pensamento econômico foi a Grande Depressão (1930), que devastava a economia mundial, que demorava para retornar ao equilíbrio.
- C)** Para Keynes, um dos fatores responsáveis pelo volume de emprego é o excesso de oferta em uma economia, provocando sobreacumulação produtiva de bens e serviços e, conseqüentemente, crise.
- D)** Para Keynes, torna-se necessária a intervenção do Estado, através de políticas contracionistas (redução de gastos públicos, aumento de tributos e da taxa de juros da economia), ou seja, não existem forças autorregulatórias.
- E)** A recuperação das economias se deu após a eliminação da atuação do Estado na economia, corroborando o sucesso na crença do “laissez-faire” de seu antecessor, Adam Smith.

4) Com relação às funções econômicas do Estado, escolha a opção certa:

- A)** A função estabilizadora está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado.
- B)** A função alocativa é quando o governo funciona como um agente redistribuidor de renda, na medida em que, por meio da tributação, retira recursos dos segmentos mais ricos da sociedade (pessoas, setores, regiões) e os transfere para os segmentos menos favorecidos.
- C)** A função estabilizadora está relacionada à intervenção do Estado na economia, de modo a alterar o comportamento dos preços e dos empregos.
- D)** A função alocativa está relacionada à intervenção do Estado na economia, de modo a alterar o comportamento dos preços e dos empregos.
- E)** A função distributiva está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado.

5) As afirmações abaixo se relacionam com qual área da economia: Macroeconomia ou Microeconomia?

I - Analisa o comportamento das contas nacionais, como PIB e PNB.

II - Analisa como famílias tomam decisões de consumo e poupança.

III - Analisa como firmas determinam os preços de seus produtos.

IV - Analisa fenômenos que atingem toda a economia, como crescimento, inflação e desemprego.

A) I - Macro
II - Micro
III - Macro
IV - Macro

B) I - Macro
II - Micro
III - Macro
IV - Micro

C) I - Micro
II - Macro
III - Macro
IV - Micro

D) I - Micro
II - Macro
III - Micro
IV - Macro

E) I - Macro
II - Micro
III - Micro
IV - Macro



Na prática

Maria Eduarda é uma estudante de classe média alta, que vive em uma das cidades mais desenvolvidas do Brasil, São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo. Sua qualidade de vida é relativamente superior à da maior parte dos brasileiros, pois ela tem acesso a bens e serviços de qualidade e ao lazer. Seus pais possuem um bom nível de renda, derivado de bons empregos, dado à suas boas formações acadêmicas. Veja:



O local onde Eduarda vive permite que a população tenha acesso a uma boa educação, desde o ensino básico até o ensino superior, facilitando o alcance de posições de destaque nas empresas.



As boas condições de infraestrutura da cidade atraem muitas empresas, havendo grande oferta de empregos à população.



Assim, apesar de pagar uma carga tributária elevada, a família de Maria Eduarda está satisfeita com a disponibilidade de serviços públicos em sua cidade.



Os recursos que ela paga através de impostos diretos e indiretos, taxas e outras contribuições ao governo, estão sendo bem geridos e retornando à toda a população pela promoção do bem-estar.

Esta situação é diferente da de muitos outros brasileiros que vivem em outras regiões e que pagam os mesmos recursos ao governo.



Saiba mais

Para ampliar o seu conhecimento a respeito desse assunto, veja abaixo as sugestões do professor:

O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek



Aponte a câmera para o código e acesse o link do conteúdo ou clique no código para acessar.

Lógica do mercado e lógica cultural no capitalismo atual

O objetivo do artigo é explorar a relação dialética entre a lógica do mercado e a lógica cultural no capitalismo contemporâneo. Se o capitalismo tem seus fundamentos definidos pela propriedade privada, pela concorrência e pelo individualismo, faz-se necessário analisar, nos marcos do atual padrão globalizado da ordem capitalista, os valores deles decorrentes. Assim, entendida a cultura em seu sentido mais amplo, busca-se identificar, na ordem simbólica, as expressões – políticas, artísticas, comportamentais, psíquicas – que acabam por reproduzir e reforçar a ordem do mercado capitalista e sua lógica. Entendemos que, apesar de reformas e resistências culturais, a lógica do mercado, sobretudo nesta etapa histórica neoliberal de rebaixado horizonte utópico e que a ascensão do pós-modernismo de alguma maneira revela, segue invadindo espaços geográficos, sociais e os terrenos mais recônditos da subjetividade humana, com consequências desastrosas.



Aponte a câmera para o código e acesse o link do conteúdo ou clique no código para acessar.

Mercantilismo



Aponte a câmera para o código e acesse o link do conteúdo ou clique no código para acessar.

A industrialização brasileira: da Primeira Guerra Mundial à crise de 1929

Esta dissertação trata da evolução do setor industrial brasileiro na Primeira Guerra Mundial e do seu desenvolvimento na década de 1920. A motivação deste trabalho foi a controvérsia existente acerca do tema, pois os principais trabalhos que tratam do assunto divergem a respeito dos efeitos da Guerra sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, não existindo um consenso se esse choque externo iniciou um processo de substituição de importações.



Aponte a câmera para o código e acesse o link do conteúdo ou clique no código para acessar.